

**REFLEXÕES: participação social nas
ações culturais**

Eliana Alves Almeida Sartori



Tópico

Previsão constitucional (Art. 216, § 1º - **Constituição Federal – CF**)

Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural.

Lei n.º 11.904/2009 instituiu o ESTATUTO DOS MUSEUS

Art. 4º O poder público ***estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.***

Facultou aos Museus a:

- *estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público (Art. 9º)
- * produzir publicações sobre temas vinculados a **seus bens culturais** e peças publicitárias sobre **seu acervo e suas atividades** (Art. 33)
- * Cobrança de ingressos (Art. 34)
- * Obter rendas da imagem e **reprodução de seus bens culturais e documentos** (Art. 42)

Instituto Brasileiro de Museus – Ibram criado pela Lei n.º 11.906/2009

Missão: promover e assegurar a implementação de políticas públicas, fiscalizar e gerir técnica e **normativamente** os bens culturais musealizados ou em processo de musealização; com vistas a contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento do setor museológico.

Art. 10. Constituem receitas do Ibram:

III – **as doações, legados, (...);**

IV – **o produto da venda de publicações, acervos, material técnico, dados e informações de emolumentos administrativos** e de taxas de inscrições em concursos;

V – **a retribuição por serviços de qualquer natureza** prestados a terceiros;

VI – as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que sejam afetas ou da exploração de imóveis e acervos sob sua jurisdição; e

Art. 11. O patrimônio do Ibram, de que trata esta Lei, constituir-se-á de:

II – **doações, legados e contribuições;**

IV – **rendas de qualquer natureza derivadas de seus próprios bens e serviços.**

Instrução Normativa Nº 01 /2013

Disciplina o requerimento e emissão de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos que constituem o acervo das unidades museológicas do Ibram.

Uso comercial, incide pagamento de tarifas ou contrapartida

Instrução Normativa Nº 4, de 2 de julho de 2018

Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados pelas Unidades Museológicas administradas pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, para a cessão de uso de bens culturais do acervo museológico.

Art. 4º, § 2º - § 2º - cessão onerosa de uso de bens culturais musealizados

Instrução Normativa N.º 05, de 30 de julho de 2018

Estabelece modelos para a formalização de autorização de uso e cessão de direitos autorais e patrimoniais em publicações do Ibram.

Instrução Normativa n.º 06, de 03 de dezembro de 2018

Dispõe sobre arrecadação - IBRAM

Art. 3º Para os efeitos desta Instrução Normativa, serão consideradas receitas ou rendas próprias as provenientes de:

I - cobrança de ingressos;

(...)

V - exploração dos direitos de uso de imagem e reprodução de bens e documentos do acervo patrimonial dos museus, regulamentada por normativo próprio;

VI - venda de publicações, tais como livros, periódicos, anais, álbuns, portfólios, catálogos, impressos bibliográficos e iconográficos, entre outros;

VII - venda de produtos diversos, tais como artesanatos, gravuras, suvenires, entre outros;

VIII - retribuição por serviços prestados a terceiros, tais como serviços em laboratórios de restauração, entre outros;

IX - permissão onerosa, precária e eventual de uso de espaços para a realização de eventos de curta duração, tais como confraternizações, exposições, exibição de filmes, cursos, lançamentos, entre outros, mediante a formalização por meio de instrumentos próprios e respeitando as normas legais;

X - concessão ou permissão de uso de espaços para comercialização por pessoas jurídicas, tais como lojas, cafeterias, livrarias, restaurantes, cinemas, quiosques, entre outros, mediante a formalização por meio de instrumentos próprios e respeitando as normas legais;

(..)

§ 1º As unidades arrecadadoras **poderão vender, consignar** junto a estabelecimentos comerciais especializados ou receber em consignação publicações ou produtos de terceiros, mediante a formalização por meio de instrumentos próprios e respeitando as normas legais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 17 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre as relações entre os museus e as associações de amigos de museus, no âmbito do Poder Executivo Federal

Art. 15. Cabe à direção do museu:

I - aprovar o Plano de Trabalho anual e suas alterações, com base em nota técnica devidamente fundamentada;

II - apreciar e aprovar previamente, todos e quaisquer investimentos, benfeitorias e obras previstas no Plano de Trabalho anual, a serem realizados nas dependências do museu, devendo o processo estar instruído com nota técnica devidamente fundamentada; e

III – acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos planos, projetos e ações de qualquer natureza, constantes do Plano de Trabalho anual das associações de museus.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho e suas alterações deverão ser encaminhados pela direção do museu à Presidência do Ibram, para conhecimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da sua aprovação

Art. 19. Os museus administrados pelo Ibram poderão ceder espaço físico para uso das respectivas associações de amigos de museus, por prazo determinado, **a título precário** e mediante autorização específica, para **projetos, atividades e ações previstas em seu Plano de Trabalho** anual que tenham por objetivo a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

GRUPOS DE TRABALHO – ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DE NORMAS

* Termo de Referência – Concessão de uso de espaços para atividades comerciais (lojinhas, bistrôs, cafés etc);

*Ingressos – valores – parametrização por Museus – Elementos Básicos

*disciplinar a utilização a título precário, oneroso ou gratuito, dos espaços nas unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram para a realização de **eventos de curta duração** e estabelece modelo de Termo de Autorização e/ou Permissão de Uso de Bem Público Imóvel;

Polêmicas Habituais – Cessões temporárias

- Curta duração: limite temporal até 30, 90 ou 180 dias?
- Fixar 180 dias para exposições temporárias. (custo não permite tempo menor).

Portaria SPU/MPOG n.º 01/2014 – Art. 4º

III - o prazo de vigência, que será de até três meses, podendo ser prorrogado por igual período;

- Necessidade de Chamada Pública. Excepcionalidade. Valores. Analogia – Arts. 24, II e 25 Lei de Licitações
- Ato Normativo. Fixação valores, espaços (metragem).

Exemplos:

* **PORTARIA JBRJ Nº 104/2010, DE 01 DE JULHO DE 2010.**

* PORTARIA Nº 19, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017 - GDF

- Parcerias com organizações civis- MROSC

2 capacitações – Procuradores Federais (Humberto Moura + Leopoldo Muraro) e Gestora Pública do ex-MPOG.

Emendas parlamentares + uma única parceria, por inexigibilidade.

Museu das Bandeiras (cidade do Goiás/GO) com Museu Casa de Coralina, recebedora de recursos financeiros para executar objeto do termo de parceria. O recurso fora oriundo de Doação por pessoa física para restauro de bens do acervo museológico.

DOAÇÕES – bens culturais

- Normativo Interno – Portaria de aquisições (Portaria n.º 231 – 20.07.2011)

Polêmica – Decreto

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9764.htm

- **Âmbito de aplicação e objeto**

Art. 1º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional ficam autorizados a receber doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 1º Os bens móveis ou os serviços relacionados com estudos, consultorias e tecnologias que intentem prover soluções e inovações ao governo e à sociedade, ainda que não disponíveis no mercado ou em fase de testes, e que promovam a melhoria da gestão pública poderão ser objeto da doação de que trata este Decreto.

§ 2º A doação de bens móveis ou de serviços que envolvam a utilização de sistemas ou de soluções de tecnologia da informação e comunicação observará as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Segurança da Informação, de que trata o [Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018](#), com vistas a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação no nível nacional.

Art. 32. A Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá expedir normas complementares para solucionar casos omissos e disponibilizar, em seu sítio eletrônico, as informações adicionais.

Vigência

Art. 33. Este Decreto entra em vigor em 12 de agosto de 2019.

-

Chamadas Públicas – parcerias com entes privados, com fins lucrativos

Acordo de Cooperação – Lei n.º 8.666/93

Ausência de êxito nas últimas Chamadas Públicas.

Marketing de empresas não acompanham publicidade legal.

Convites diretos – prática.

Documentos Habilitação

Art. 32, par. 1º, dispensa documentos no todo ou em parte = concurso, convite, fornecimento de bens pronta entrega e leilões.

Obrigado!

eliana.sartori@agu.gov.br

(61)3521-4044

PGF 
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL